



Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas

ISSN: 1981-8122

ISSN: 2178-2547

MCTI/Museu Paraense Emílio Goeldi

Navarro, Eduardo de Almeida
Os topônimos com a posposição tupi - *pe* no território brasileiro
Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, vol. 16, núm. 2, e20200041, 2021, Maio-Agosto
MCTI/Museu Paraense Emílio Goeldi

DOI: <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0041>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=394069977005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Os topônimos com a posposição tupi *-pe* no território brasileiro

Place names with the Tupi postposition *-pe* in Brazil

Eduardo de Almeida Navarro 

Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil

Resumo: Um aspecto da toponímia brasileira de origem tupi nunca foi devidamente analisado, a saber, a existência de nomes que incluem a posposição tupi *-pe*, que significa 'em', 'para' (por exemplo, Sergipe, Iguape, Itaípe, Jacuípe etc.). Às vezes, tal posposição tupi realiza-se em português em *-be*: Capibaribe, Peruíbe, Camaragibe etc. Antônio Lemos Barbosa (1937), importante acadêmico do século XX, foi quem primeiro chamou a atenção para a existência de tais topônimos, buscando explicá-los. Ele atribuiu o surgimento desse fato linguístico aos colonos, e não aos índios tupis da costa dos primeiros séculos do Brasil. Nosso objetivo aqui foi o de verificar a veracidade dessa explicação apresentada por Barbosa. Por meio de análise de textos quinhentistas e seiscentistas e de comparação com outras línguas indígenas, pôde-se comprovar que o fenômeno em questão tem origem no próprio tupi antigo e que aqueles nomes de lugares são alguns dos mais antigos do território brasileiro.

Palavras-chave: Toponímia. Tupi. Brasil colonial.

Abstract: One aspect of Brazilian place names derived from Tupi has not yet been properly analyzed: those including the Tupi postposition *-pe*, meaning 'in' or 'to' (for example, in Sergipe, Iguape, Itaípe, Jacuípe, etc.). This Tupi postposition occasionally appears in the Portuguese as *-be*, in names such as Capibaribe, Peruíbe, and Camaragibe. Antônio Lemos Barbosa (1937), an important twentieth-century scholar, was the first to draw attention to the existence of these place names in an attempt to explain them. Barbosa attributed this linguistic formation to the colonizers rather than the Tupi Indians living on the coast during the early centuries of Brazilian occupation, and this article verifies his suggestion. Analysis of texts from the sixteenth and seventeenth centuries and comparisons with other indigenous languages confirms an origin in Old Tupi, and that these place names are some of the oldest found in Brazil.

Keywords: Place names. Tupi. Colonial Brazil.

Navarro, E. A. (2021). Os topônimos com a posposição tupi *-pe* no território brasileiro. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 16(2), e20200041. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0041

Autor para correspondência: Eduardo de Almeida Navarro. Universidade de São Paulo. Letras Clássicas e Vernáculas. Av. Prof. Luciano Gualberto, 403 – Cidade Universitária. São Paulo, SP, Brasil. CEP 05508-900 (edalnava@yahoo.com.br).

Recebido em 28/04/2020

Aprovado em 18/11/2020

Responsabilidade editorial: Ana Vilacy Galucio



INTRODUÇÃO

Poucas décadas após o Descobrimento, sabia-se que, ao longo da costa brasileira, havia diversas nações indígenas de mesma língua: tupis, tupinambás, caetés, potiguaras, tupiniquins, temiminós, tupinaés, tabajaras etc. (Rodrigues, 1986). A língua desses povos passou a ser aprendida pelos portugueses já em 1500, quando a armada de Cabral, ao partir para a Índia, deixou na Bahia degredados para viverem com os tupiniquins com os quais os portugueses haviam-se avistado nos dias em que ali estiveram.

Diferentemente da colonização de povoamento da Nova Inglaterra, na costa nordeste dos Estados Unidos de hoje, o Brasil conheceu uma colonização de exploração. Foi Caio Prado Júnior, baseado nas ideias do economista francês Leroy-Beaulieu, quem primeiro utilizou tal classificação para analisar a formação histórico-econômica do Brasil (Monasterio, 2015). Para cá, imigravam principalmente homens desejosos de oportunidades de enriquecimento rápido. Não era comum imigrarem famílias inteiras, como aconteceu naquele país de colonização inglesa. O reduzido número de mulheres brancas que ao Brasil chegavam levou à intensa mestiçagem desde os primeiros tempos da nova colônia. No Brasil, também aportava gente de reputação ruim, muitos degredados, aos quais se juntavam traficantes franceses de pau-brasil, corsários etc. Muitos deixavam filhos na terra, mamelucos que falariam mais a língua indígena de suas mães do que a língua europeia de seus pais (Ribeiro, 1999).

Diferentemente da colonização da América espanhola, a colonização do Brasil no século XVI foi eminentemente litorânea. A língua da costa, falada ao longo de milhares de quilômetros, precisou ser aprendida pelos europeus e pelos africanos imigrados à força a partir da década de trinta do século XVI. Falava-se na costa o tupi antigo, língua que tinha parentesco com a língua do Paraguai, o guarani antigo (Rodrigues, 1986), onde os espanhóis se estabeleceram nos anos trinta do século XVI. Tal língua da costa também era falada ao longo do rio Tietê (ou Anhembi), por mais de quinhentos quilômetros pelo interior adentro (Prezia, 2000). Mais tarde também se soube que os falantes dessa língua entravam pela foz do grande rio chamado 'Pará' pelos índios. Tal era o nome indígena daquele que seria conhecido como 'rio das Amazonas' ou, simplesmente, 'Rio Amazonas' (Bessa Freire, 2004). Para designar tal língua, “. . . o nome Tupi se torna usual somente no século XIX” (Rodrigues, 1986, p. 100).

Anchieta (1954, p. 613) deixou evidente o que significava tal designativo num diálogo entre dois personagens de seu auto teatral “Na Aldeia de Guaraparim” (vv. 183-189):

- *Paranagoaçu raçapa,*
- *ibitiribo guibebebo,*
- *aço tupi moangaipapa*

. . . .

- *Bae apiaba paipó?*
- *Tupinaquija que igoara*

- Atravessando o grande mar,
- voando pela serra,
- vou para fazer os tupis pecarem.

- Que índios são esses?
- Os tupiniquins, habitantes daqui.

Vê-se, aqui, que o termo ‘tupi’ era genérico, um hiperônimo: “Isto é, Anchieta está a reconhecer aí que tupiniquim é um termo compreendido no termo tupi Ao fazer seu personagem perguntar ‘que índios são esses’, Anchieta deixa evidente que tupi designava mais de um grupo indígena” (Navarro, 2020a, p. 44).

Mas, o termo 'tupi' tinha também, segundo o próprio Anchieta, um sentido específico: “. . . Os Tupis de São Vicente, que são além dos Tamoios do Rio de Janeiro, nunca pronunciavam a última consoante no verbo afirmativo” (Anchieta, 1595, fol. 1).

Assim, analisando-se textos coloniais quinhentistas, não se justifica contrapor-se, como fez Rodrigues (1986), o designativo 'tupi' a 'tupinambá'. Rodrigues (1986) referia-se a 'tupi' somente como sendo a língua (ou variante dialetal) de São Vicente, mas o termo, conforme Anchieta deixou claro, abrangia também os falantes do que Rodrigues chamava de língua 'tupinambá'. Tupi era termo genérico e específico, como é o termo 'americano', que designa tanto o natural dos Estados Unidos da América quanto o natural de qualquer parte do continente americano. O tupi antigo foi, assim, em razão de sua grande extensão geográfica, valorizado pelos europeus como um instrumento eficaz e indispensável de comunicação com os aborígenes e com seus descendentes mamelucos. Sem se conhecer tal língua, tornava-se difícil viver na nova terra. Isso porque ela era mais falada do que o português no século XVI. Os nomes das plantas e dos animais do Brasil, dos alimentos da terra, dos utensílios domésticos, dos instrumentos de trabalho, grande parte deles provinha da língua dos índios. O português do Brasil recebeu, assim, forte influência daquela língua da costa em seu léxico.

Havia também centenas de nações indígenas de outras línguas no interior do Brasil. Algumas delas só foram conhecidas no século XX. No litoral ou perto dele, houve outras nações indígenas que foram mencionadas, já no século XVI, nos relatos de viajantes, cronistas, missionários e índios tupis: os guarulhos, os goitacazes, os guaianás etc. (Prezia, 2000). Tais índios desapareceram ainda no período colonial e de suas línguas nada se sabe. Os poucos nomes dessa origem na toponímia brasileira têm etimologias desconhecidas. Com efeito, as línguas desses povos desapareceram sem deixar gramáticas ou vocabulários que tivessem chegado até nós (Rodrigues, 1986).

Colonizado por um povo de língua neolatina, mas cuja pátria fora invadida por povos de línguas da família germânica e por mouros, de línguas árabe e berbere, o Brasil tinha também uma grande população de aborígenes, além de ter recebido milhões de escravos africanos ao longo de mais de três séculos de sua história. Isso tudo faria a toponímia brasileira compor-se de nomes de diferentes origens. Em primeiro lugar, estão os topônimos de origem portuguesa (sendo estes de procedência latina, germânica ou árabe). Em segundo lugar, estão os topônimos com origem no tupi antigo e nas línguas dele derivadas, a saber, a língua geral amazônica, a língua geral meridional (ou 'paulista') e o nheengatu, nome este que passou a ser usado a partir de meados do século XIX, designando a “terceira etapa na trajetória do tupi” (Edelweiss, 1969, p. 189), uma outra fase no seu desenvolvimento histórico, em que já era nítido seu distanciamento da Língua Geral Amazônica dos séculos XVII e XVIII. Estas línguas têm uma presença histórica marcante na formação da civilização brasileira. Delas provêm mais de noventa por cento dos nomes geográficos brasileiros de origem indígena. As outras línguas indígenas do Brasil têm menor participação no sistema toponímico do país. O mesmo se diga das línguas africanas, dos escravos imigrados à força desde o século XVI.

Contudo, apesar de muito forte a presença de tais nomes de origem indígena na toponímia brasileira, pouco se sabe, exatamente, sobre seu número de ocorrências e sobre as suas formação e estrutura.

Além disso, no século XX, houve a criação artificial de muitos topônimos para nomear as novas povoações que surgiam nas frentes pioneiras; muitas mudanças de nomes de distritos, ao assumirem eles o estatuto de municípios; muitas substituições de nomes portugueses por nomes indígenas. Só a pesquisa histórica pode revelar quais topônimos são formados espontaneamente no processo de nomeação do território brasileiro e quais o foram artificialmente (Navarro, 2020b).



Há topônimos de origem tupi no Brasil que terminam em *-pe* e *-be* (como Iguape, Peruíbe, Jacuípe etc.) e que compõem um padrão morfológico específico no sistema toponímico brasileiro. “Denominações antigas, . . . se distinguem efetivamente dos demais termos tupis, que, regra geral, ou são oxítonos (Tietê, Pará, Itanhaém, Moji), ou paroxítonos terminados em a (Ipiranga, Jabaquara)” (Barbosa, 1937, p. 57). É sobre tais nomes que nos detivemos nesta pesquisa.

PADRÕES MORFOLÓGICOS DOS TOPÔNIMOS COM ORIGEM NO TUPI ANTIGO E NAS LÍNGUAS GERAIS: OS TOPÔNIMOS COM *-pe* E *-be*

Os nomes geográficos com origem no tupi antigo e nas línguas gerais que se desenvolveram a partir dele apresentam padrões morfológicos que se incluem nas categorias apresentadas a seguir¹:

- Substantivo simples: por exemplo, ‘Paissandu’ (nome de logradouro de São Paulo) – do tupi antigo *pisandó*, nome de certas variedades de palmeiras, que também recebem o nome de *pissandu*.
- Substantivo + substantivo, em relação genitiva: por exemplo, ‘Carioca’ (nome de rio e de antiga aldeia do Rio de Janeiro) – do tupi antigo *kariĩó* + *ok* + marca argumental *-a*: ‘casa de carijós’;
 - Substantivo + substantivo *tyb*² com a marca argumental *-a*, em relação genitiva: por exemplo, ‘Araçatiba’ (nome de localidade do Rio de Janeiro) – do tupi antigo *arasá* + *tyb* + marca argumental *-a*: ‘ajuntamento, ocorrência de arazás’ (nome de plantas mirtáceas).
- Substantivo + adjetivo qualificativo: por exemplo, ‘Santana do Ipanema’ (nome de município de Alagoas) – do tupi antigo *y* + *panem* + marca argumental *-a*: ‘rio imprestável’, rio aziago;
 - Substantivo + adjetivo *pûer*, *ûer* (‘velho’, ‘extinto’, ‘que foi’)³ + marca argumental *-a*: por exemplo, ‘Ibirapuera’ (bairro de São Paulo) – do tupi antigo *ybyrá* + *pûer* + marca argumental *-a*: ‘árvores velhas’, ‘árvores que foram’;
 - Substantivo + adjetivo *etá* (‘muitos’): por exemplo, ‘Paquetá’ (nome de ilha do Rio de Janeiro) – do tupi antigo *pak-etá*: ‘muitas pacas’.
- Substantivo + sufixo aumentativo *-usu* ou *-ûasu* (*-gûasu*)⁴ ou sufixo diminutivo *-ĩ*: por exemplo, ‘Itaim’ (nome de bairro de São Paulo) – do tupi antigo *itá-ĩ*: ‘pedrinhas’; ‘Igaracu’ (município de Pernambuco) – do tupi antigo *ygar-usu*: ‘navio’ (literalmente, ‘canoão’).

¹ Para as etimologias apresentadas, utilizamos o dicionário de Navarro (2019).

² Poder-se-ia supor que o morfema *tyb* fosse um sufixo, em tupi antigo. Assim, com efeito, é considerado o morfema *-ty* em guarani paraguaio (correspondente ao sufixo *-al* do português em ‘milharal’, ‘canavial’ etc.). O que não permite, contudo, tal interpretação é o fato de ser bem documentado nos textos coloniais o emprego de *tyb* como predicativo, o que não condiz com a natureza de um sufixo: “*N’i tybi a’epe ãse’o, mba’easy n’i tybi, n’i tybi ambyasy, ‘useia bé n’i tybi. . .*” – ‘Não há ali choro, não há doença, não há fome, sede também não há’ (Araújo, 1618, fol. 167).

³ Rodrigues (1953, p. 79), em “Morfologia do verbo tupi”, considera *pûer* um sufixo. Já em seu trabalho inédito “Estrutura do Tupinambá” (Rodrigues, n. d.), afirmou que *pûer* é um substantivo. Com efeito, tal palavra pode ser usada predicativamente, o que não sucede com verdadeiros sufixos, por exemplo: “*I pûer tekoãiba* – ‘Passou (literalmente, ‘ela [é] passada, ela [é] acabada’) a aflição” (Anchieta, 1595, fol. 33v).

⁴ Poder-se-ia supor que *-gûasu* fosse um adjetivo, como *katu* ou *mirĩ*. É o que poderia sugerir sua ocorrência em nomes como ‘Iguaçu’ ou ‘Itaguaçu’. O que invalida, contudo, tal suposição é a impossibilidade de seu uso predicativo. Não se poderia jamais dizer ‘*Xe gûasu*’ – ‘Eu sou grande’.



- Substantivo + verbo + sufixo nominalizador **-sab (-ab)** + marca argumental **-a**: por exemplo, 'Paranapiacaba' (localidade do estado de São Paulo) – do tupi antigo *paranã* + *epiãk* + sufixo **-ab** + marca argumental **-a**: 'lugar de visão do mar'.

- Substantivo + substantivo (+ adjetivo) + posposição **-pe** ('em', 'para'): por exemplo, 'Sergipe' (nome de estado do Nordeste brasileiro) – do tupi antigo *seri* + *îy* + **-pe**: 'no rio dos siris'. O alomorfe *îy*, 'rio', somente se encontra na toponímia nordestina.

Às vezes, a posposição tupi **-pe** realiza-se, em português, em **-be**: por exemplo, 'Capibaribe' (nome de rio de Pernambuco) – do tupi antigo *kapibar* + *'y* + **-pe**: 'no rio das capivaras'.

RELAÇÃO DOS TOPÔNIMOS EM **-pe** E **-be** NO SISTEMA TOPONÍMICO BRASILEIRO E ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DELES

No Quadro 1, apresentamos os topônimos brasileiros terminados em **-pe** e **-be** que constam do "Índice de nomes geográficos", do IBGE (2011), na escala 1:1.000.000 (base cartográfica contínua do Brasil ao milionésimo). Excluímos alguns nomes que têm mais de uma ocorrência ou os que não têm origem tupi. Quando não indicada uma categoria geográfica (rio, morro etc.), trata-se, aí, de um adensamento populacional (vila, cidade etc.).

De uma carta na escala 1:1000.000 ficam, infelizmente, excluídos nomes da microtoponímia, como os de riachos, córregos, morros etc., que só podem ser arrolados por meio de uma pesquisa em milhares de mapas na escala 1:50.000, com o aumento dos detalhes que esta permite obter.

Quadro 1. Topônimos brasileiros que incluem a posposição **-pe**, de origem tupi, no índice de nomes geográficos do IBGE na escala 1:1.000.000. Fonte: IBGE (2011).

(Continua)

Acupe (Bahia)
Amuamudipe (Pará)
Araípe (Ceará, Rio Grande do Sul, Pernambuco)
Aratuípe (Bahia)
Arembépe (Bahia)
Beberibe (Ceará)
Camaragibe (Pernambuco)
Camaraípe, Rio (Pará)
Camarajibe, Rio (Alagoas)
Caraípe (Bahia)
Catuípe (Rio Grande do Sul)
Coruripe (Alagoas)
Cotegipe (Bahia); Cotegipe (Amazonas, Minas Gerais), Cotegipe, riacho (Bahia), Cotegipe, Rio (Paraná)
Iguape (São Paulo, Bahia); Iguape, Baía do (Bahia); Iguape, Ribeirão (Paraná)
Inhambupe (Bahia); Inhambupe, Rio (Bahia)
Itaípe, Nova (Bahia)
Itajuípe (Bahia)
Itapagipe (Minas Gerais); Itapajipe, baía de (Bahia)
Jacuípe (Alagoas, Acre, Bahia); Jacuípe, rio (Alagoas, Bahia)
Jacuípe, Conceição do (Bahia)
Jaguaribe (Ceará, Minas Gerais); Jaguaribe, Rio (Ceará)
Jaguaripe (Bahia); Jaguaripe, Rio (Bahia)
Jararibe (Pernambuco)
Joaripe (Espírito Santo)



Quadro 1.

(Conclusão)

Macuripe, Seringal (Amazonas)
Mamanguape (Paraíba); Mamanguape, Rio (Paraíba)
Maragogipe (Bahia); Maragojipe, Porto (Bahia)
Maranguape (Ceará, Acre)
Mararanguape (Rio Grande do Norte)
Mataripe (Bahia)
Meáipe (Espírito Santo)
Mucuripe (Amazonas); Mucuripe, Farol (Ceará); Mucuripe, Ponta do (Ceará)
Mussurepe (Rio de Janeiro)
Mutuípe (Bahia)
Nova Itáipe (Bahia)
Paratibe (Pernambuco)
Paripe (Bahia)
Peruíbe (São Paulo); Perúibe, Ilha do (São Paulo)
Peruípe do Norte, Rio (Bahia); Perúipe do Sul, Rio (Bahia); Perúipe, Rio (Bahia)
Sauípe de Dentro (Bahia); Sauípe, Rio (Bahia)
Sergipe, Rio (Sergipe)
Tapiraípe (Bahia)
Tauape (Bahia)

A maior parte dos nomes geográficos terminados em **-pe** e **-be**, mostrados no Quadro 1, são hidrotopônimos, isto é, nomes de lugares que nomeiam cursos d'água, enseadas marítimas, lagos etc. (Dick, 1990). Quase a totalidade deles é composta de nomes que incluem o étimo **'y** ou seu alomorfe **îy**, 'água', 'rio', do tupi antigo, que se realizam em português em **Í**, **Ú** ou **GI** / **Jl** (por exemplo, 'Sauípe', 'Inhambype', 'Sergipe').

Mesmo nas exceções, isto é, nos nomes sem o étimo **'y**, como 'Mamanguape' e 'Maranguape', o lexema **gûá** (originado do tupi antigo **kûá**, 'enseada') indica tratar-se originalmente de hidrotopônimos.

Além disso, a pesquisa geográfica dos lugares cujos nomes aparecem no Quadro 1 revela-nos que a grande maioria daquelas localidades correspondem a áreas situadas no litoral ou próximas da costa.

Há que se observar que, no sistema toponímico brasileiro, a maior parte dos hidrotopônimos de origem tupi não inclui tal posposição **-pe**. Com efeito, em muitos documentos cartográficos coloniais aparecem hidrotopônimos tupis sem tal morfema.

Verifica-se, finalmente, que vários nomes em **-pe** ou **-be** apresentam homologias. Há, com efeito, no Brasil, topônimos cujo único traço distintivo que os distingue de outros semelhantes é a presença ou a ausência daquela posposição tupi, por exemplo:

Parati, Rio de Janeiro	Parat <u>ibe</u> , Pernambuco
Maragogi, Alagoas	Maragog <u>ipe</u> , Bahia

ORIGEM DOS TOPÔNIMOS EM -pe E -be: DUAS HIPÓTESES DE LEMOS BARBOSA

Antônio Lemos Barbosa, professor na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) nas décadas de quarenta, cinquenta e sessenta do século passado, foi quem primeiro chamou a atenção para a existência dos nomes geográficos que incluem a posposição **-pe**, do tupi antigo, no sistema toponímico brasileiro, atribuindo o surgimento de tais nomes aos colonos, e não aos índios tupis da costa dos primeiros séculos do Brasil. Segundo ele,



Pelo seu próprio sentido, correspondente a 'em', 'a', 'para', a preposição [sic] **-pe** acompanha frequentemente os topônimos. O que contribuiu para que fosse tomada como parte deles pelos colonos. Eis por que inúmeros nomes geográficos brasileiros a trazem incorporada: Acarape, Araçuaípe, Aratuípe, Cauípe, Cotegipe, Guararape, Iguaguaçupe, Iguape, Inhambupe, Itaípe, Itapagipe, Jacuípe, Jaguaripe, Mamanguape, Manguape, Mapendipe, Maracaípe, Maragogipe, Maranguape, Meguaípe, Meruípe, Mucuripe, Sergipe, Suaçupe etc., além dos casos em que houve abrandamento do **p**: Beberibe, Camaragibe, Capiberibe, Jaguaribe, Peruibe, Piragibe, Pirangibe etc. (Barbosa, 1956, pp. 440-441).

Certos nomes que Barbosa (1956) mencionou como exemplos nesta citação, tais como Acarape, Araçuaípe, Cauípe, Guararape, Iguaguaçupe, Manguape, Mapendipe, Maracaípe, Meguaípe, Meruípe, Suaçupe, não se encontram no Quadro 1 porque ele só inclui topônimos na escala 1:1000.000 e os nomes referidos por Barbosa aparecem apenas em cartas de escala maior.

No passo anteriormente citado, Barbosa (1956) quis dizer que a posposição **-pe**, por seu sentido locativo, é usada circunstancialmente (isto é, num adjunto adverbial) e acompanha, muitas vezes, nomes de lugares. Por exemplo: **A'ytab Pirá Íy-pe**. – 'Nado no rio dos peixes.'; **Erepindaityk 'Y Kûá-pe**. – 'Pescas na enseada do rio.' (exemplos nossos).

Assim, segundo o que se depreende das palavras de Barbosa (1956), colonos com pouco conhecimento da língua dos índios, ao ouvirem sentenças como as exemplificadas, teriam considerado as circunstâncias **Pirá Íy-pe** ('no rio dos peixes') e **'Y Kûá-pe** ('na enseada do rio') como lexias que incluem em si a posposição **-pe**, como se esta fosse parte integrante daquelas. Assim, Barbosa (1956) sugere que formas como 'Piragibe' ou 'Iguape' seriam de origem não nativa.

Ele afirma, ademais, o seguinte:

... Não parece que, em legítimo tupi, se concretizassem nomes de lugar a ponto de usá-los como sujeito e objeto de oração. Frases como 'Reritiba é formosa', 'Gosto de Reritiba' não são de feito nativo. Os nomes de lugares aparecem também, mais como adjuntivos: 'Estou em Reritiba', 'Vou para Piratininga', 'Venho de Jaguarí' etc. (Barbosa, 1956, p. 440).

Barbosa supunha, assim, que os topônimos tupis não fossem usados argumentativamente, mas somente acompanhados de posposições, em função adverbial, e que tal fato linguístico teria contribuído para confundir quem não era indígena.

Com efeito, o fenômeno de emprego de topônimos com origem numa língua segundo a compreensão de falantes de outra língua é bem conhecido. Um exemplo disso encontramos-lo no nome 'Istambul', na Turquia. O antigo topônimo 'Constantinopla' (de *Constantinou-pólis*, em grego, 'a cidade de Constantino'), atribuído no século IV, foi, durante a Idade Média e com a tomada daquela cidade pelos turcos em 1453, substituído por 'Istambul', do grego demótico coloquial *sten Pólin* – 'para a cidade' ou 'na cidade'. De acordo com Stachowski e Woodhouse (2015, p. 240), "O nome deve ter tomado forma em interações entre falantes e não falantes de grego". O fenômeno é quase igual ao que Barbosa (1956) supôs ter ocorrido em tupi antigo, exceto pelo fato de que *eis*, em grego, é uma preposição e **-pe**, em tupi antigo, é uma posposição.

Outro nome originado de uma incorreta interpretação do emprego de um topônimo por povo falante de outra língua é Iskandaryia, nome de algumas localidades situadas no mundo árabe, das quais a mais famosa e importante é a cidade de Alexandria, no Egito. Em árabe, *al* é artigo e, ao serem dominadas pelos mouros no século VII, as letras *Al* de *Alexandria* foram interpretadas pelos falantes de árabe como sendo as do artigo que acompanharia um suposto nome 'Iskandaryia' (de Iskander, Alexandre, em árabe) (van Heel, 2016).

Assim, Barbosa sugeriu que teria ocorrido na toponímia brasileira um fato semelhante ao que ora exemplificamos com aqueles topônimos da Turquia e do Egito.



AS HIPÓTESES DE BARBOSA À LUZ DOS TEXTOS TUPIS COLONIAIS

Para pormos à prova a primeira hipótese de Barbosa (1956, p. 440), segundo a qual a posposição **-pe** nos topônimos foi tomada “como parte deles pelos colonos”, os quais teriam sido os criadores daquela categoria de nomes de lugares, buscamos informações em textos de autores que tiveram contato efêmero com os índios falantes de tupi antigo. Isso porque, em muitos casos, um longo contato entre europeus e índios levou, efetivamente, a transformações estruturais naquela língua indígena. Uma delas, por exemplo, se deu com relação à sintaxe tupi, que apresentava a tendência de antepor o objeto ao verbo no modo indicativo: “*Aîpó maíra... ybytuûasu oîmoú*. – ‘Aquele homem branco fez vir a ventania’” (Staden, 1557, p. 91); “*Nde akanga îuká aîpotá korine*. – ‘Tua cabeça quererei quebrar hoje.’” (Staden, 1557, p. 156). O padrão sujeito-objeto-verbo (SOV) passou a ser predominantemente sujeito-verbo-objeto (SVO), característico do português. Isso pode ser observado já na primeira metade do século XVII. Vemos, com efeito, na “Arte da língua brasílica”, do jesuíta Luís Figueira, de 1621, muitos exemplos que mostram que a sintaxe do tupi antigo estava influenciada pelo português: “*Pedro oiucá iaguara*. – ‘Pedro matou a onça.’”; “*Pedro oçauçub Tupana*. – ‘Pedro ama a Deus.’” (Figueira, 1621, fol. 83). Nas cartas dos índios Camarões, preservadas nos arquivos holandeses, vemos que a sintaxe de tipo SVO é predominante com verbos no modo indicativo, embora ainda haja mostras de uma sintaxe de tipo SOV. Na carta de Diogo da Costa, de 21 de outubro de 1645, lemos: “*Aimondó ã xe soldados ebapó*. – ‘Eis que enviei meus soldados para aí.’” e “*Emokûei bé mokôî kunhã aîmondó*. – ‘Para aí também duas mulheres enviei.’” (Navarro, 2016, p. 447). Assim, o grau de contato dos índios com os viajantes ou cronistas europeus foi, aqui, o critério usado para se escolherem os textos que utilizamos para aferir a veracidade ou não da primeira hipótese de Barbosa. Desse modo, os escritos que se nos afiguram mais apropriados para tal são as obras do alemão Hans Staden e dos missionários franceses da França Equinocial. Isso porque foi muito pouco o tempo que eles passaram entre os índios tupis, não podendo ser chamados propriamente de ‘colonos’, nem tendo podido, assim, ser perfeitos falantes da língua dos índios. Desta forma, poderemos nos afastar de um tupi colonial com influências europeias e aproximarmo-nos mais da língua falada antes do contato para pormos à prova aquela hipótese de Barbosa.

A obra do alemão Hans Staden, publicada em 1557, foi, segundo Navarro (2014, p. 30),

... a primeira obra quinhentista publicada sobre os índios tupis da costa e onde se apresentam informações sobre sua língua e sua cultura, ... a *Warhaftige Historia*. ... Tendo naufragado nas costas do sul do Brasil, em 1549, [Staden] logo se reuniu aos portugueses em São Vicente, aliados dos índios tupiniquins, com os quais passou a viver e a trabalhar, ajudando-os na defesa contra os índios inimigos, no forte da ilha de Santo Amaro. Tendo sido aprisionado pelos índios tupinambás, viveu meses entre estes, correndo grande risco de vida, até ser resgatado por franceses do navio *Cathérine de Vetteville*, que o conduziu de volta à Europa. O livro de Hans Staden logrou dezenas de edições em várias línguas. Além de obra imprescindível para a Etnologia, porta muitos termos e frases em tupi antigo.

Com relação a topônimos, ele mencionou alguns que incluíam a posposição **-pe**, como se vê a seguir:

... ein Insel welche Sancte Sebastian von den Portugalesern genant wirt aber die Wilden heissen sie Meyenbipe [...] uma ilha que é chamada pelos portugueses São Sebastião e pelos selvagens Meyenbipe] (Staden, 1557, cap. 42)⁵.

... wolten sie eynen gefangenen essen in eynem dorff Tickquarippe genant [...] [Queriam eles comer um prisioneiro em uma aldeia chamada Tickquarippe] (Staden, 1557, cap. 36)⁶.

⁵ Tradução e grifos nossos.

⁶ Tradução e grifos nossos



Apesar da sua ortografia antiga e influenciada pela fonologia da língua alemã, os topônimos mencionados por Staden nestas citações exibem nitidamente a posposição **-pe**: Meyenbipe e Tickquarippe. Ele afirma que eram os próprios selvagens que chamavam a Ilha de São Sebastião com aquele nome Meyenbipe. Com relação à aldeia de Tickquarippe (*Takûarype*, cuja etimologia é ‘no rio das taquaras’), fica completamente descartada a hipótese de uma nomeação paralela pelos portugueses, pois se tratava de aldeia tupinambá em campo inimigo, não frequentado por colonos portugueses.

Outro texto de que nos servimos para pôr à prova a referida hipótese de Barbosa é da lavra do francês Claude D’Abbeville, frade capuchinho que participou da invasão francesa ao Maranhão em 1612. Segundo Navarro (2014, pp. 37-38):

Logo após sua chegada, os franceses fundam São Luís, em homenagem ao futuro rei Luís XIII, mas já em 1615 são expulsos do Maranhão. Voltando em 1613 à França, Frei D’Abbeville publica sua obra “Histoire de la Mission des Pères Capucins en l’Isle de Maragnan”, o grande registro do malogrado empreendimento colonial francês em terras do norte do Brasil. Sua obra relata os fatos que sucederam naqueles poucos anos de invasão do Maranhão, fazendo, outrossim, descrição da natureza da região e dos índios que habitavam aquelas partes do Brasil no início do século XVII. Apresenta, assim, centenas de nomes tupis de animais e plantas, dos artefatos dos tupinambás, de suas práticas culturais, de seus alimentos etc.

No que tange à toponímia, chamou-nos a atenção o seguinte passo de sua obra, em que ele menciona dois nomes de aldeias que portam a posposição tupi **-pe**:

LES PRINCIPAUX VILLAGES DE TAPOUYTAPERÉ

...

Le quatriesme est Meureutieupê, cest à dire, l’arbre de Palme . . .

Le septiesme s’appelle Aroueupé, cest à dire la place des Crapaux (D’Abbeville, 1614, cap. XXXIII).

[AS PRINCIPAIS ALDEIAS DE TAPUITAPERA

...

A quarta é Meureutieupê⁷, quer dizer, a palmeira . . .

A sétima se chama Aroueupé⁸, quer dizer, o lugar dos sapos]⁹.

O contato de D’Abbeville com os tupinambás do Maranhão fora efêmero, de menos de dois anos, e é muito improvável que ele tenha recriado os topônimos que citou (Meureutieupê e Aroueupé), acrescentando-lhes a posposição **-pe**, do tupi antigo, que neles aparece.

Para a segunda hipótese de Barbosa, isto é, a de que os topônimos tupis não eram usados em função argumentativa, mas tão só circunstancial, sugerindo que tal fato teria influenciado o emprego de topônimos com a posposição tupi **-pe** pelos colonos, também não encontramos respaldo nos textos quinhentistas. Para colocar tal hipótese à prova, utilizamos o “Auto de São Lourenço”, de autoria de José de Anchieta, escrito na década de oitenta do século XVI (Anchieta, 1999). Lemos nessa obra o seguinte (Anchieta, 1999, pp. 147-151):

*Îa’u-pá Mosupyroka,
Îekeí, Gûatapytyba,
Nheterôia, Paraíba,
Gûaiaió, Kariô-oka,
Pakukaia, Arasatyba*

⁷ Meureutieupê (*Meriti’ype*) – etimologia: ‘no rio dos miritis’, variação de palmeira (*Mauritia flexuosa*).

⁸ Aroueupé (*Aru’ype*) – etimologia: ‘no rio dos arus’, variação de sapo da família dos pípidos.

⁹ Tradução e grifos nossos.



[Comi toda a Moçupiroca,
Jequeí, Guatapitiba,
Niterói, Paraíba,
Guajajó, Carioca,
Pacucaia, Araçatiba]¹⁰.

Em outro texto literário anchietano, o topônimo *Miaí* é usado como sujeito da oração: “*I porang, erimbae, Mia’y, xe retãmbûera*. – ‘Era bela, outrora, Miaí, minha antiga terra.’”¹¹ (Anchieta, 2004, p. 152).

Como se vê nos exemplos anteriores, os nomes de lugares eram também usados argumentativamente, isto é, como objetos ou sujeitos da oração, e não só acompanhados de posposições, em função circunstancial, como supunha Barbosa.

AS HIPÓTESES DE BARBOSA EM FACE DE FENÔMENO OBSERVÁVEL EM OUTRAS LÍNGUAS AMERÍNDIAS

Os estudos sobre toponímia indígena no Brasil são quase absolutamente voltados para os nomes geográficos de origem tupi. Tais estudos cresceram grandemente depois que o engenheiro baiano Teodoro Sampaio (1997) publicou “O tupi na geografia nacional”, inaugurando um ramo da linguística indígena brasileira conhecido como Tupinologia. Tal obra também influenciaria muito o surgimento de toponímia artificial de origem tupi na primeira metade do século XX.

Com os poucos estudos que há sobre a toponímia com origem em outras línguas indígenas brasileiras, torna-se quase impossível uma análise comparativa do fenômeno linguístico que buscamos explicar, a saber, a origem dos topônimos com a posposição *-pe*.

Porém, se tais estudos sobre toponímia não tupi são incipientes e poucos no Brasil, eles são bem desenvolvidos em outros países da América. A existência de topônimos com posposições ou com afixos de caso locativo também se verifica em outras línguas ameríndias, como veremos a seguir.

Por exemplo, na língua Matlatzinca, do México, o prefixo *be-* é usado em topônimos da mesma forma como acontece com a posposição *-pe*, em tupi, e com o mesmo significado: “*Be-hási-un-tó, no serro sobre a pedra*”¹² (Mentz, 2017, p. 24).

Outra língua ameríndia em que se verifica o mesmo fenômeno é o Potawatomi, de Indiana, Estados Unidos:

A historically attested Potawatomi name for the Yellow River was recorded by the early nineteenth-century American leader John Tripton in the form *Wizahokuhmik*. This spelling represents the Potawatomi *wezawgəməg*, at the yellow water. *Wezaw* is yellow, brown, *gəmə* is water and *-əg* is the locative suffix meaning at or on (McCafferty, 2008, p. 64).

[Um nome historicamente atestado em Potawatomi para o Rio Amarelo foi registrado pelo líder americano do início do século dezenove, John Tripton, na forma *Wizahokuhmik*. Essa pronúncia representa *wezawgəməg*, do Potawatomi, na água amarela. *Wezaw* é amarelo, marrom, *gəmə* é água e *-əg* é o sufixo locativo que significa em ou sobre]¹³.

Outras importantes informações sobre a estrutura dos topônimos de origem indígena da América do Norte são-nos fornecidas por um autor do século XIX:

¹⁰ Tradução nossa.

¹¹ Tradução nossa.

¹² Tradução nossa.

¹³ Tradução nossa.



Mr. Trumbull has for a long time given patient investigation and critical study to indian onomatology, and here presents us with an exposition of the structural laws governing the geographical names used by the North American indians . . . According to his view and it is undoubtedly the correct one, "nearly all these names may be referred to one of these three classes": I. Those formed by the union of two elements, which we may call adjectival or substantival, with or without a locative suffix or post-position meaning, as: at, in, by etc. II. Those which have a single element, the substantival or ground word with its locative suffix. III. Those formed from verbs, as participial or verbal nouns, denoting a place where the action of the verb is performed (Trumbull, 1870, p. 341).

[O Sr. Trumbull por muito tempo fez uma investigação paciente e um estudo crítico da onomástica indígena e aqui ele nos apresenta uma exposição das leis estruturais que governam os nomes geográficos usados pelos índios norte-americanos . . . De acordo com sua opinião, e que é indubitavelmente correta, quase todos esses nomes podem ser enquadrados numa destas três classes: I. Aqueles formados pela união de dois elementos, que nós podemos chamar adjetivais ou substantivais, com ou sem um sufixo locativo ou uma posposição que signifique, por exemplo, em, junto de etc. II. Aqueles que têm um único elemento, o substantival ou nome de lugar, com seu sufixo locativo. III. Aqueles formados de verbos, como nomes participiais ou deverbais, que denotam um lugar em que a ação do verbo é realizada]¹⁴.

No caso do náuatle, do México, o mesmo fenômeno se observa:

En tanto que en no pocas lenguas encontramos que son nombres sustantivos en su estado absoluto los que de ordinario se emplean como topónimos, en náhuatl la gran mayoría de los nombres de lugar se estructuran por medio de sufijos dotados de una denotación locativa (León-Portilla, 1982, p. 37).

[Enquanto em não poucas línguas vemos que são nomes substantivos em seu estado absoluto os que, de ordinário, se empregam como topônimos, em náuatle a grande maioria dos nomes de lugar se estrutura por meio de sufixos dotados de uma denotação locativa]¹⁵.

Ao estabelecer uma classificação dos topônimos de origem náuatle, ele apresentou a seguinte categoria:

1.2. Los locativos que son nombres comunes, formados por medio de una raíz nominal y un sufijo (del conjunto de aquellos que tienen carácter locativizante), como, por ejemplo, *tepē-c*, en el monte, *petla-pan*, en la estera, *āca-tzālan*, entre las cañas (León-Portilla, 1982, p. 39).

[Os locativos que são nomes comuns, formados por meio de uma raiz nominal e um sufixo (do conjunto daqueles que têm caráter locativo), como, por exemplo, *tepē-c*, no monte, *petla-pan*, na esteira, *āca-tzālan*, entre as canas]¹⁶.

Também na língua huarpe da Argentina, tais topônimos com posposição locativa eram comuns. Tal língua foi falada por um grupo indígena extinto que, no século XVI, vivia na região de Cuyo, situada no oeste daquele país, onde atualmente estão as cidades argentinas de Mendoza e San Juan. Os huarpes estiveram submetidos aos incas até a chegada dos espanhóis. Sua língua foi gramaticalizada pelo jesuíta Luís de Valdivia (1608) (Michieli, 1990). Corominas (1971) arrolou alguns topônimos huarpes com a terminação **-ta**, que ele afirma ser a mais geral e característica dos nomes de lugares em Cuyo: 'Huentata', 'Canota', 'Mosmota', 'Tocota', 'Espata', 'Puyuta', 'Cacheta', 'Picheuta', 'Chameuta', 'Ansilta', 'Sopanta', 'Neuacanta', 'Pancanta', 'Chalanta'. Essa terminação **-ta** é, com efeito, a posposição 'em', 'para' naquela língua.

¹⁴ Tradução nossa.

¹⁵ Tradução nossa.

¹⁶ Tradução nossa.

Nas línguas indígenas do Brasil contemporâneo também há indícios de ocorrência de posposição locativa com topônimos. Podemos observar isso no Kamayurá do alto Xingu, língua da família Tupi-Guarani. Segundo Bastos (1995, p. 236), “. . . o ribeirão Tuatuari, que aponta especificamente o território Yawalapití, é dito em Kamayurá *Tiwatiwarip*”. Com efeito, em *Tiwatiwarip*, **ip** é a posposição que corresponde, em Kamayurá, a **-pe**, do tupi antigo, e tal topônimo tem, assim, estrutura semelhante àqueles que aqui analisamos.

Com relação a tais grupos indígenas falantes de línguas da família Tupi-Guarani, pouquíssimas referências são feitas à toponímia de seus territórios. Diferentemente dos índios da costa do século XVI no Brasil, tais comunidades indígenas são compostas por pequeno número de indivíduos. Se uma língua indígena sobrepujava em muito na costa do Brasil os falantes de português no século XVI, impondo suas denominações de lugares aos não índios, no século XX a situação inverteu-se completamente e são os topônimos de origem não indígena os que se impõem. No caso dos hidrotopônimos (sobre os quais a posposição locativa do tupi antigo mais incide), os nomes indígenas originais em línguas vivas são grandemente substituídos por nomes portugueses. Na bacia do rio Madeira, tal fato foi bem analisado:

A tendência geral consistiu em substituir o nome original por antropônimos: nomes de santos (San Martín, San Julián, São Miguel, São Domingos etc.) ou nomes de pessoas ilustres (Roosevelt, Pimenta Bueno etc.). Como exemplos de mudanças, aquelas efetuadas por Rondon: rio Caio Espíndola (empregado de Rondon), rio Manoel Corrêa (certo vereador), rio Eugênia (a noiva de certo capitão morto pelos índios), Pimenta Bueno (certo governador), Vilhena (certo engenheiro), Roosevelt (certo presidente) etc. O rio São Domingos (perto de Costa Marques) foi quase mudado em rio Cartucho, em homenagem a Cartucho, cãozinho de estimação do marechal Rondon . . .

A etimologia popular pode tornar quase impossível a interpretação dos topônimos. Como exemplo disso, temos o igarapé Pacova, que se tornou com o tempo igarapé Bananeira (abaixo da cidade de Guajará-Mirim), por mera etimologia popular entre a palavra **pacovas** ou **pacanoa**, grupo indígena da família pano que vive ali, e a palavra **pacova** “banana” na Língua Geral da Amazônia (Ramirez, 2010, pp. 39-40).

No caso do topônimo kamayurá *Tiwatiwarip*, anteriormente mencionado, ele sobreviveu por ser um nome da microtoponímia, de um ribeirão que não percorre um vasto território, mas somente a reserva daqueles índios. Uma pesquisa sobre essa microtoponímia revelaria, certamente, fatos interessantes. Ela, contudo, é dificultada pelo fato de o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não divulgar as cartas geográficas em escala 1:50.000 de reservas indígenas, certamente por razões estratégicas, isto é, para não facilitar a ação de grileiros, madeireiros, garimpeiros, as principais ameaças que os índios brasileiros enfrentam costumeiramente.

CONCLUSÕES

Nossa pesquisa permitiu-nos chegar às seguintes conclusões:

1. Os nomes de lugares com a posposição **-pe** do tupi antigo, na carta do Brasil na escala 1:1000.000, são, quase todos eles hidrotopônimos. A forte correlação entre o uso da posposição **-pe** e a hidrotponímia não pode aqui ser explicada. Fazem-se necessários mais estudos, inclusive com línguas indígenas do tronco Tupi ainda faladas no Brasil, para se tentar esclarecer esse fenômeno;
2. Os topônimos que não incluem as formas **-pe** ou **-be** (como ‘Capivari’, ‘Mucuri’, ‘Jaguarí’ etc., cujos homólogos posposicionados são ‘Capibaribe’, ‘Mucuripe’, ‘Jaguaribe’, respectivamente) devem sua existência à sua origem nas línguas gerais coloniais ou ao fato de existir mais de uma possibilidade de nomeação no próprio tupi antigo, sem a posposição **-pe**. Nomes que não incluem aquela posposição, como ‘Potengi’, ‘Tamanduateí’, ‘Anhembi’, ‘Pirai’, ‘Acaraú’, estão registrados em textos dos séculos XVI e XVII e também foram, certamente, atribuídos pelos antigos índios tupis da costa;



3. Os topônimos em **-pe** ou **-be** encontrados na Amazônia devem sua existência à presença de índios tupinambás às margens do rio Amazonas em seu baixo curso, nos tempos coloniais, ou à transplantação artificial. Observa-se, efetivamente, que nomes dessa natureza existentes no Acre ('Jacuípe' e 'Maranguape') têm ocorrências em outros estados, como Bahia e Ceará, respectivamente. Já a ocorrência dessa categoria de topônimos no sudoeste do Paraná (rio 'Cotegipe') e noroeste do Rio Grande do Sul ('Catuípe', originalmente 'Catupe'¹⁷), em região onde se falou o guarani antigo no passado, sugere que o fenômeno aqui analisado também se verificava naquela língua clássica da América do Sul. Só um estudo mais aprofundado dessa questão poderá levar a conclusões seguras. Finalmente, a ocorrência de topônimo terminado em **-pe** no interior de Minas Gerais ('Itapagipe') deve-se à criação artificial, ocorrida no ano de 1943 (IBGE, n. d.);

4. A existência de topônimos posposicionados não pode ser atribuída à errônea compreensão de tais nomes de lugar pelos colonos brasileiros, como sugeriu Barbosa (1956, pp. 440-441). Índios falantes de tupi antigo do passado, com contato superficial com europeus, também nomeavam os lugares usando a posposição locativa **-pe**, conforme mostraram os exemplos havidos em Staden (1557) e D'Abbeville (1614), que passaram pouco tempo entre os indígenas. Os topônimos com a posposição **-pe** que eles mencionaram não eram de uso de colonos. Tal era, seguramente, um fato linguístico do próprio tupi antigo. Além disso, tal fenômeno é também encontrado em outras línguas ameríndias, conforme se mostrou anteriormente, com diversos exemplos;

5. O fato de tais topônimos aparecerem, em sua grande maioria, no litoral, onde se falou o tupi antigo no século XVI, mostra que o fenômeno linguístico aqui analisado era característico daquela língua indígena e não continuou a ocorrer nas línguas gerais dele originadas, já influenciadas por falantes europeus ou mestiços. Com efeito, o surgimento de tais línguas gerais foi consequência da interiorização da colonização brasileira e aquela categoria de topônimos com **-pe** está quase ausente das regiões interioranas;

6. Assim, finalmente, chega-se a uma conclusão completamente oposta à de Barbosa (1956, pp. 440-441), a saber, que foram justamente os colonos que deixaram de criar topônimos com a posposição **-pe**, à medida que a colonização brasileira se interiorizava e as línguas gerais coloniais avançavam rumo a tais regiões afastadas da costa;

7. Desse modo, pode-se afirmar que os topônimos com a posposição **-pe** estão entre os mais antigos nomes de origem tupi no território brasileiro, tendo sido criados pelos próprios índios e não por falantes não nativos de tupi antigo;

8. Assim, os topônimos em **-pe** e **-be** definem, com certeza, a zona do tupi antigo, caracterizando seu antigo domínio geográfico em face das línguas gerais que não conheceram o fenômeno aqui analisado. Segundo Corominas (1971, p. 107), "em todos os países há terminações típicas de uma zona, que caracterizam, por assim dizer, sua paisagem toponímica";

9. Finalmente, tais topônimos também podem ser indicadores para uma periodização de criação toponomástica em línguas indígenas no Brasil. Sua existência indica nomeação pré-histórica ou ocorrida no século XVI e também nas primeiras décadas do século XVII, antes do surgimento das línguas gerais coloniais, nas quais, como já afirmamos, o fenômeno em questão não mais foi produtivo.

¹⁷ Segundo o IBGE (n. d.), "... os índios missioneiros denominavam essa região de *Catupe* ...".



REFERÊNCIAS

- Anchieta, J. (1595). Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil. Antônio de Mariz.
- Anchieta, J. (1954). *Poesias*. Comissão do Quarto Centenário da Cidade de São Paulo.
- Anchieta, J. (1999). *Teatro*. Editora Martins Fontes.
- Anchieta, J. (2004). *Poemas*. Editora Martins Fontes.
- Araújo, A. (1618). *Catecismo na Língua Brasileira*. Pedro Crasbeeck.
- Barbosa, A. L. (1937). O locativo tupi na toponímia brasileira. *Revista do Arquivo Municipal*, 38, 57-60.
- Barbosa, A. L. (1956). *Curso de tupi antigo*. Livraria São José.
- Bastos, R. J. M. (1995). Indagação sobre os Kamayurá, o Alto-Xingu e outros nomes e coisas: uma etnologia da sociedade xingua. *Anuário Antropológico*, (94), 227-269.
- Bessa Freire, J. R. (2004). *Rio Babel – A história das línguas na Amazônia*. Editora da EDUERJ.
- Corominas, J. (1971). Toponomástica Cuyana. *Tópica Hespérica*, 1, 120-156.
- D'Abbeville, C. (1614). *Histoire de la Mission des Peres Capucins en L'isle de Maragnan et terres circonvoisines: ou est traicte des singularitez admirables & des Meurs merueilleuses des Indiens habitants de ce pais avec les missiues et aduis qui ont este enuoyez de nouueau*. 1ª Imprimerie de François Huby.
- Dick, M. V. (1990). *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. Arquivo do Estado.
- Edelweiss, F. G. (1969). *Estudos tupis e tupi-guaranis – confrontos e revisões*. Brasileira Editora.
- Figueira, L. (1621). *Arte da Língua Brasileira*. Manoel da Silva Impressor.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2011). *Índice de nomes geográficos, escala 1:1000.000*. Rio de Janeiro. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv56282.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (n. d.). *Brasil/Rio Grande do Sul/Catuípe*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/catuípe/historico>
- León-Portilla, M. (1982). Los nombres de lugar en Nahuatl - Su morfología, sintaxis y representación glífica. *Estudios de Cultura Náhuatl*, (15), 37-72.
- McCafferty, M. (2008). *Native american place-names of Indiana*. University of Illinois Press.
- Mentz, B. (2017). Topónimos y cronología: notas sobre una puerta distinta al estudio del pasado. *Historia Mexicana*, 67(1), 7-60. <https://doi.org/10.24201/hm.v67i1.3440>
- Midhieli, C. T. (1990). *Millcayac e Allentiac: los dialectos del idioma huarpe* (Publicaciones n. 17). Instituto de Investigaciones Arqueológicas y Museo de la Facultad de Filosofía, Humanidades y Artes de la Universidad Nacional de San Juan.
- Monasterio, L., & Ehrl, P. (2015). *Colônias de povoamento versus colônias de exploração: de Heeren a Acemoglu* (Texto para Discussão, 2119). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26055
- Navarro, E. A. (2014). As primeiras traduções do Brasil: as fontes quinhentistas e seiscentistas para o conhecimento dos índios brasileiros e da língua tupi. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 98, 23-46.
- Navarro, E. A. (2016). *Método moderno de tupi antigo – a língua do Brasil dos primeiros séculos*. Editora Global.



- Navarro, E. A. (2019). *Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. Editora Global.
- Navarro, E. A. (2020a). A Tupinologia e seus críticos. In A. W. S. Vasconcelos & T. N. S. Vasconcelos (Org.), *Linguística, Letras e Artes e novas perspectivas dos saberes científicos* (pp. 37-50). Editora Atena. <http://doi.org/10.22533/at.ed.469202505>
- Navarro, E. A. (2020b). Artificial indigenous place names in Brazil: a classification of Tupi origin names created in the 19th and 20th centuries. *Revista Letras Raras*, 9(2), 252-267. <http://dx.doi.org/10.35572/rlr.v9i2.1700>
- Prezia, B. A. (2000). *Os indígenas do Planalto Paulista nas crônicas quinhentistas e seiscentistas*. Humanitas/FFLCH-USP.
- Ramirez, H. (2010). Etnônimos e topônimos no Madeira (séculos XVI-XX): um sem-número de equívocos. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 2(2), 179-224. <https://doi.org/10.26512/rbla.v2i2.16223>
- Ribeiro, D. (1999). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. Companhia das Letras.
- Rodrigues, A. D. (1953). Morfologia do verbo tupi. *Revista Letras*, 1, 121-152. <http://dx.doi.org/10.5380/rel.v1i0.20083>
- Rodrigues, A. D. (1986). *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. Edições Loyola.
- Rodrigues, A. D. (n. d.). *Estrutura do Tupinambá*.
- Sampaio, T. (1997). *O tupi na geografia nacional* (5th ed.). Editora Nacional.
- Stachowski, M., & Woodhouse, R. (2015). The etymology of Istanbul: making optimal use of the evidence. *Studia Etymologica Cracoviensia*, 20, 221-245. <https://doi.org/10.4467/20843836SE.15.015.2801>
- Staden, H. (1557). Warhaftige Historia und beschreibung eyner Landschafft der Wilden Nacketen Grimmigen Menschfresser-Leuthen in der Newenwelt America gelegen. Marpurg.
- Trumbull, J. (1870). *The composition of Indian geographical names, illustrated from the algonkin languages*. Press of Case, Lockwood & Brainard.
- Valdivia, L. (1608). *Arte, gramatica, vocabulario, catecismo y confessorio en lengua Chilena y en las dos lenguas Allentiac y Milcocayac, que son las más generales de la provincia de Cuyo en en Reino de Chile y que hablan los Indios Guarpes y otros*. Francisco del Canto.
- Van Heel, K. D. (2016). *The illustrated encyclopedia of world history*. Taylor & Francis Group. <https://doi.org/10.4324/9781315699592>